

**Comunicado oficial da Representação Nacional dos Pais**  
**20 abril 2020**

Face à situação atual de confinamento devido à pandemia da Covid-19 e no que respeita à potencial reabertura das escolas em maio, a Representação Nacional dos Pais (RNP) gostaria de expressar o seguinte:

**Quanto ao ensino doméstico (homeschooling):**

O Ministério da Educação nacional efetuou esforços significativos e esteve à altura das suas responsabilidades, tendo implementado, num curtíssimo período de tempo um sistema online ([www.schouldoheem.lu](http://www.schouldoheem.lu)) que permite que os alunos e os pais acedam a recursos adicionais com vista a facilitar a aprendizagem contínua durante este período de confinamento.

Ainda que, de forma geral, seis semanas ou dois meses de limitações ao nível do ensino não aparentem causar um grande impacto ao longo de um percurso escolar de 13 anos, a RNP felicita esta abordagem, que permite aos alunos e aos pais permanecerem ligados ao sistema escolar.

De igual forma, a Representação Nacional dos Pais congratula o facto de o Ministro da Educação nacional, Claude Meisch, ter tido em consideração algumas das principais preocupações dos pais, nomeadamente no que respeita a alunos que já se encontram em situações escolares difíceis ou de alguma forma desfavorecidas e à reorientação dos esforços no âmbito das disciplinas essenciais.

No entanto, é-nos igualmente importante salientar que os pais não são professores, sendo apenas capazes de os substituir de uma forma limitada.

Além disso, o perfil dos pais é notoriamente heterogéneo e existe um grande desequilíbrio no que respeita à responsabilidade face ao ensino doméstico. A compreensão dos idiomas utilizados no sistema de ensino luxemburguês, as competências de base em disciplinas específicas ou ainda as capacidades pedagógicas em geral são extremamente diversas na população. Por si só, o fator dos idiomas representa logo à partida um entrave para cerca de metade da população, dada a composição da sociedade luxemburguesa.

Também, não devemos esquecer que vários pais se encontram atualmente envolvidos de forma permanente nos cuidados a doentes com Covid-19, noutras atividades essenciais ou simplesmente em regime de "teletrabalho", pelo que não estão suficientemente disponíveis para assumir as tarefas de ensino.

Por último, é necessário salientar que o ensino à distância requer recursos didáticos e técnicos (tais como computador, impressora, acesso rápido à Internet) que não estão necessariamente disponíveis para todas as famílias no Luxemburgo.

Assim, a RNP acredita que o sistema implementado arrisca exacerbar as diferenças e as desigualdades já existentes entre alunos, sendo que no regresso à escola poderemos constatar, por um lado, alunos

que fizeram bons progressos e, por outro, alunos que certamente regrediram nas suas competências escolares.

Por conseguinte, a RNP convida o Ministro a apostar no percurso já iniciado e a disponibilizar os meios necessários para reduzir ao mínimo o risco de desigualdades. Uma das sugestões da RNP foca-se na necessidade de reorientar e voltar a comunicar a linha de apoio disponibilizada para os pais (tel.: 8002 90 90), com ênfase num elevado número de professores e envolvidos, com aptidões numa dezena de idiomas, que poderão criar um acompanhamento mais intensivo das necessidades dos alunos e dos pais, oferecendo regularmente aulas de apoio e explicações ao nível de diversas disciplinas. Isto poderia ser efetuado através de videoconferência ou telefone.

Seria igualmente de louvar que os municípios, o Ministério, as escolas ou outros doadores privados pudessem disponibilizar tablets aos estudantes que deles necessitam para aceder a esta forma mais intensiva de apoio.

No que diz respeito aos conteúdos a lecionar durante o período de confinamento, a RNP apoia a abordagem do Ministro no sentido de concentrar a aprendizagem naquilo que é essencial e necessário para a continuação dos programas no ano letivo seguinte.

Diversos pais sentiram-se sobrecarregados durante as três semanas que antecederam as férias da Páscoa, como consequência de demasiados trabalhos de casa no âmbito de diversas disciplinas. No caso de famílias com várias crianças em idade escolar, estas dificuldades são ainda mais acentuadas, chegando mesmo a impossibilitar uma boa gestão do ensino doméstico.

A RNP pretende a criação e implementação de diretivas claras para os professores do ensino fundamental e uma coordenação real dos professores em cada turma do ensino secundário, para que não se volte a verificar a mesma situação de excesso de trabalho após as férias da Páscoa.

A RNP considera também que o período de confinamento deve ser utilizado para promover os valores familiares e a responsabilidade social entre as crianças e os alunos. Na prática, a situação atual proporciona uma oportunidade sem precedentes para que muitas famílias possam experienciar uma espécie de pausa da vida quotidiana, repleta de stress, obrigações e viagens incessantes. Promover a possibilidade de se centrar em si próprio e nos seus entes queridos, encorajar reflexões no âmbito da solidariedade e humanismo, reposicionar-se como uma "equipa familiar" no que diz respeito às tarefas domésticas, mas também voltar a ligar-se a uma vida mais simples através da abstinência forçada do fenómeno do consumo excessivo que está imensamente presente na nossa sociedade.

#### **Quanto aos alunos finalistas e do ciclo 4.2:**

Por último, a RNP valoriza os ajustes e as modalidades decididos pelo Ministério no que respeita aos exames de conclusão do ensino secundário; no entanto, solicitamos ao Ministro que tome todas as medidas necessárias e úteis, não apenas no Luxemburgo, mas especialmente a nível europeu, para que o acesso a universidades estrangeiras não seja, de forma alguma, dificultado para estes estudantes.

De igual forma, a abolição das provas comuns no ciclo 4.2 do ensino fundamental não deverá, em caso algum, acarretar qualquer desvantagem para os alunos em causa no que respeita à sua orientação para os níveis secundários. Em caso de dúvida, deve ser tomada uma decisão favorável face às pretensões dos alunos e dos respetivos pais.

#### **Quanto aos planos do Governo no que respeita à abertura das escolas em maio:**

Antes de mais, a Representação Nacional dos Pais lamenta profundamente que o Ministério da

Educação nacional não tenha considerado útil consultar-nos no contexto da implementação dos planos e modalidades da reabertura, dado que a opinião dos pais deve ser absolutamente tida em consideração neste contexto específico.

Em primeiro lugar, é inegável que vários pais manifestam atualmente receios quanto à reabertura gradual das escolas em maio. Esta situação é evidenciada por uma petição na Internet onde é solicitado que as escolas não sejam reabertas a 11 de maio, petição essa que em poucos dias e até ao momento havia já recolhido mais de 10 000 assinaturas. De igual modo, sondagens publicadas nas redes sociais demonstram que apenas 20% dos eleitores concordam com os planos do Governo e que dois terços das pessoas consideram ser demasiado cedo para que os seus filhos regressem à escola.

Na qualidade de RNP, consideramos que a questão do calendário de reabertura devia ser completamente movida pelos estudos e pareceres científicos em termos sanitários e de segurança e não estar dependente de eventuais exigências económicas, políticas ou outras.

Em segundo lugar, a RNP não concorda com o sistema em alternância, que prevê a divisão das turmas em dois no início das aulas. Esta proposta de "splitting" (divisão) torna-se muito difícil de implementar, sendo complicada para os alunos, mas principalmente para professores, pais, escolas e estruturas de enquadramento. Além disso, as semanas de frequência escolar "on/off" tornam-se muito difíceis de gerir para os pais trabalhadores e respetivos empregadores.

Do mesmo modo e voltando à questão das desigualdades, deparar-nos-íamos com uma situação em que, novamente, alguns alunos usufruiriam de um ambiente familiar ideal nas semanas em casa enquanto que outros seriam confrontados com as mesmas dificuldades técnicas, de idioma ou de enquadramento acima enumeradas. Portanto, esta abordagem de "splitting" não ajudará a combater este risco de crescimento das desigualdades.

Em contrapartida, propomos a adaptação dos horários das aulas, tanto no ensino fundamental como no ensino secundário, através da organização das mesmas entre as 8h00 e as 13h00, evitando a necessidade de os alunos comerem nas cantinas das escolas ou nas imediações. Para além disso, a solução de "lunch box" (lancheiras) ao almoço parece-nos ser uma solução difícil de executar e levanta muitas outras questões. Obviamente, os transportes escolares deverão ser reforçados e reorganizados neste sentido.

Esta solução uniforme para os dois ciclos de ensino permitiria atenuar as consequências para o emprego dos pais que poderão continuar a trabalhar de manhã e usufruir, nos casos absolutamente necessários, de uma baixa por assistência à família válida somente para as tardes.

Em terceiro lugar, a RNP acredita que, pelo menos, para o ciclo 1 do ensino fundamental, ou seja, crianças até aos seis anos, a frequência escolar não deve ser imposta para o restante ano escolar. De facto, será muito difícil instaurar as regras de segurança, como o uso de máscaras e o distanciamento social junto de crianças desta faixa etária. Deverá ser da responsabilidade dos pais tomar a decisão de enviar as crianças para a escola ou, pelo contrário, continuar com o ensino doméstico.

O mesmo se aplica às crianças com necessidades especiais que frequentam os Centros de Competências, que, consoante as suas necessidades, não serão capazes de respeitar todas as indicações emitidas.

Para o ciclo 1 (precoce e ensino pré-primário) e para os Centros de Competências, a frequência escolar deverá assim ser totalmente facultativa. Como é óbvio, de forma a possibilitar a organização das turmas, os pais deverão tomar uma decisão antes da reabertura para o modelo escolhido.

Em quarto lugar, devem ser implementadas modalidades claras de modo a proteger as crianças e as

famílias nas quais um dos membros seja considerado pessoa vulnerável. É necessário que os pais possam ter o direito de optar por uma continuação do ensino doméstico, quer no ensino fundamental, secundário ou nos Centros de Competências, caso os riscos médicos para as crianças ou para um dos membros da família sejam considerados demasiado elevados.

Para todos os casos de crianças e alunos que não frequentem as escolas, os esforços do Ministério para alimentar a plataforma [www.schouldoheem.lu](http://www.schouldoheem.lu) e alargar a oferta da linha de assistência devem permanecer.

Além disso, será necessário organizar e continuar rapidamente com o acompanhamento e os diagnósticos relativos à orientação escolar das crianças com necessidades específicas, evitando a perda de tempo na prestação de apoio especializado às mesmas.

Em quinto lugar, a RNP concorda que a importância das regras básicas de higiene deve ser comunicada aos alunos. O uso de máscara deve igualmente ser instaurado de forma obrigatória, não só a caminho e no recinto da escola, mas também nas salas de aula, sempre que possível. É evidente que os materiais necessários para a higiene básica, como sabão, papel, gel hidroalcoólico ou até mesmo as máscaras, deverão estar disponíveis em quantidades suficientes.

*A Representação Nacional dos Pais foi instaurada pela lei de 1 de agosto de 2018 que institui uma Representação Nacional dos Pais.*

*Esta é composta por 12 membros, tendo sido eleita para um mandato de 3 anos a 8 de fevereiro de 2020. Tem por objetivo reforçar a cultura de cooperação entre a escola e os pais dos alunos criando uma representação democraticamente eleita que assume a função de porta-voz dos pais e de conselho junto do Ministro da Educação nacional.*

*A Representação Nacional dos Pais pode emitir pareceres sobre projetos e propostas legislativas ou projetos pedagógicos, formular propostas relacionadas com a vida escolar e as aprendizagens ou, mais amplamente, pronunciar-se sobre todas as questões do interesse dos pais e dos alunos.*

*Endereço de e-mail de contacto: [elteren@men.lu](mailto:elteren@men.lu)*

Alain Massen,  
Presidente